



Estado do Rio Grande do Sul
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**OS PROGRAMAS
DOS PARTIDOS POLÍTICOS
NO BRASIL**

Vânia Bambirra

**OS PROGRAMAS
DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA (+)**

(+) Esta análise foi inspirada em uma conferência pronunciada por Theotônio dos Santos sobre o mesmo tema. Contudo apesar das críticas, comentários e sugestões do mesmo a este trabalho, pelo que consignamos aqui os nossos agradecimentos, assumimos pessoalmente plena responsabilidade pela elaboração deste texto.

1. OS MITOS

Para realizar uma análise objetiva e serena dos programas dos atuais partidos políticos brasileiros, análise que se situa no terreno da ciência política, é necessário partir do questionamento dos mitos que foram criados em relação a tais programas.

Vejam os inicialmente quais são esses mitos:

1º— “Os programas são formais” e, portanto, “não existem diferenças substantivas entre eles”. Isto não é verdade: eles são diferentes e, mesmo os da oposição, têm somente **alguns** pontos em comum.

2º— “São demagógicos e não representam os interesses que ocultam”. Isto é falso. Os programas, por mais demagógicos que sejam, representam, bem ou mal, interesses de classes sociais ou de frações de classes, interesses que são, portanto identificáveis e não podem ser completamente ocultados.

3º— “O programa do PDS é até progressista”. Isto é uma inverdade. Como veremos, o seu programa é tipicamente conservador.

4º— “Os trabalhistas têm o mesmo programa, as mesmas metas”. Tal afirmação é absolutamente infundada. Como demonstraremos, só o PDT tem um programa estratégico e tático. O “PTB” dirigido pela senhora Ivete Vargas não tem propriamente um programa, mas afirmações vazias e contraditórias e o PT possui apenas uma plataforma de lutas imediatas.

5º— “De que adiantam bons programas se, na prática, não podem ser cumpridos?” Ora, um programa não é bom se não formula nele os meios e as condições necessárias para cumpri-lo; quer dizer: só é bom quando é historicamente viável.

6º— “Os militantes não se interessam pelos programas porque sabem que são formais”. Este mito o desmascaramos com a seguinte ponderação: depende do partido, dos seus métodos de luta, se é ou não um partido interessado em formar os seus quadros e em capacitá-los para uma ação consciente, coerente e responsável, orientada por uma concepção estratégica-tática definida com rigor.

2. CONSENSO, UNIDADE E DIVERSIDADE DOS PROGRAMAS

Como dissemos, os programas partidários existentes hoje no Brasil são substancialmente diferentes, pois representam interesses de classes ou frações de classe completamente distintos. Isto não impede, contudo, que tenham pontos em comum, o que decorre do fato de se proporem a representar estes interesses dentro de uma ordem política onde existe um mínimo de consenso, de respeito às regras do jogo democrático, em decorrência da impossibilidade de alguma dessas classes ou frações imporem **totalmente** sua vontade sobre as outras. Nesse sentido, podemos distinguir três níveis distintos de consenso:

1º— O nível das condições gerais de funcionamento de uma democracia formal (respeito aos poderes constituídos, aceitação de uma ordem jurídico-constitucional, etc.) e a pretensão de trazer à sociedade um regime de bem-estar (pois nenhuma classe ou fração de classe pode se apresentar ao conjunto da sociedade representando somente seus interesses. Ela ou elas devem mostrar como esses interesses são compatíveis com os de toda a sociedade). Neste nível, todos os programas, tanto o do governo quanto os das oposições, e todos os políticos falam uma linguagem parecida, mas esta semelhança vai-se dissipando quando vamos entrando no **conteúdo** dessas afirmações gerais.

2º— O nível da definição sobre a relação entre as condições formais da democracia e o seu exercício mais concreto, onde os partidos de oposição são mais afirmativos no que respeita a uma das premissas dessa democracia: a mudança da ordem constitucional. Contudo, aqui há uma diferença importante. Enquanto o PDS se apóia sobre a atual ordem constitucional autoritária, o PP se define por simples reformas constitucionais. Mas os demais partidos de oposição propõem uma constituinte, exceto o Partido dos Trabalhadores que, surpreendentemente, não se define sobre esse aspecto crucial do processo de democratização do País.

3º— Há, contudo, um terceiro nível de consenso, que se expressa claramente no programa do PDT, indica-se no programa do PT e se sugere em

partes do programa do PMDB. Trata-se da relação entre a democracia e o poder organizado do povo para impor ao Estado transformações sócio-econômicas de caráter estrutural que beneficiem as grandes maiorias trabalhadoras (transformações antes conhecidas como “reformas estruturais”). Entre estas forças (PDT, PT e o setor popular do PMDB) se estabelece um certo consenso no sentido de dar um conteúdo popular à democracia pela qual se luta em nosso País, tanto no que respeita à fonte do Poder do Estado (que advém do cidadão individual, para os liberais, e do povo organizado, para os setores socialistas ou socializantes) quanto no que toca ao conteúdo de sua atuação (defensor da ordem capitalista, para os liberais; condutor das transformações estruturais que conduzem ao socialismo, para os setores populares). Como veremos no decorrer deste trabalho, a definição desses objetivos só é clara e nítida no programa do PDT. No PT e no PMDB tais conteúdos só aparecem vaga e confusamente.

Estes níveis de consenso indicam a possibilidade de determinados entendimentos e até alianças políticas mais ou menos sólidas entre os distintos partidos. Mas mostram também que eles representam interesses sociais distintos ou diferentes concepções sobre a realização desses interesses. Esta análise mostra ainda que a diferenciação (e não divisão, como se quer fazer crer) da oposição em diferentes partidos veio ao encontro das aspirações de forças sociais concretas. Particularmente, representou o interesse das forças populares em se organizarem separadamente, com um programa socialista e métodos de luta próprios que estiveram soterrados durante o período do partido único da oposição, onde mandavam os liberais. É fato que, como veremos, somente o PDT logrou traduzir essas aspirações num programa claro de governo. Isto se explica pela maturidade de sua liderança política, sua capacidade de superar democraticamente suas divergências internas, pela unidade de comando que representa seu líder incontestado, pela ausência de frações organizadas e de dupla militância. Mas esta superioridade de visão estratégica e programática não é, por si só, uma garantia de êxito. É necessário lutar para convencer as outras forças populares da correção de nossos propósitos. É preciso, também, saber corrigir e aprofundar nossos pontos de vista na medida em que a realidade nos ensine como superar nossos erros. É imprescindível, por fim, traduzir os princípios gerais definidos no programa em passos táticos corretos, em políticas ajustadas à conjuntura e em programas de ação e campanhas políticas que permitam testar nossos objetivos e acumular forças no caminho do nosso propósito final — o socialismo.

A maior parte dos atuais partidos considera os seus programas como formais, e tanto é assim que só o programa do PDT foi submetido a uma discussão ampla e prolongada em suas bases. Muitas das postulações que aparecem nos diversos programas poderão, portanto, ser ou não implementadas quando seus respectivos partidos obtiverem cargos executivos e legis-

lativos. Não é o caso do PDT, partido que pretende aplicar conscientemente seu programa, com as correções que a realidade venha a impor.

Passaremos agora a analisar cada um dos programas partidários, recorrendo a citações mais ou menos extensas dos mesmos para fundamentar nossas afirmações. Naturalmente, deter-nos-emos mais demoradamente em alguns programas que em outros, em função da maior extensão e detalhe de suas formulações. Nossa crítica, muitas vezes dura e implacável, será feita com o objetivo **necessário** de esclarecer o **povo** e elevar o seu nível de consciência em relação às opções programáticas.

Buscaremos analisar cada um dos programas partidários destacando em suas propostas quais são as suas respectivas concepções a respeito de seis questões essenciais para a organização política, econômica e social da nossa sociedade. Estas são: 1.— a concepção estratégica do programa, vale dizer, o tipo de sociedade que preconiza e o interesse de quais classes representa; 2.— a posição a respeito da questão da soberania nacional, do nacionalismo; 3.— o caráter que deve assumir o Estado brasileiro e a política econômica a ser implementada; 4.— a proposição em relação às formas de propriedade que devem existir e coexistir; 5.— as questões políticas e sociais a serem resolvidas; 6.— a política externa que deve ser adotada.

Trataremos também de destacar as limitações, contradições, incoerências, demagogias e confusões que muitas vezes permeiam quase todos os programas partidários.

Esperamos que este esforço contribua com novos elementos para a compreensão e elevação do nível de consciência política da população a respeito das opções partidárias.

3. O PROGRAMA DO PDS

Tal programa, que contém 29 itens, é, em sua concepção estratégica, conservador. Apesar de ressaltar em seus “compromissos doutrinários” que postula “uma ordem social mais justa, instituída na comunhão de todos, sem hegemonia de classe, com a adoção de uma política que promova justa distribuição da renda”, etc., submete, como veremos em seguida, sua concepção da democracia ao fortalecimento da iniciativa privada. Desta maneira, fica claro que o programa do PDS defende nitidamente os interesses das atuais classes dominantes, que são os proprietários privados dos meios de produção. O seu caráter de classe é, portanto, transparente como um cristal. Neste sentido, ele já parte de uma confusão teórica ao propagar uma sociedade “sem hegemonia de classe”, o que é inconcebível em qualquer sociedade onde existam as classes sociais... Naturalmente, as clas-

ses dominantes capitalistas tratam de não reconhecer a sua hegemonia e apresentar as suas idéias, as suas perspectivas e os seus interesses como se fossem os de toda a sociedade, os de todo o povo.

Há também nesta primeira formulação uma contradição patente, na medida em que, sendo o PDS o partido do governo, trata de diferenciar-se deste e de colocar-se à margem do seu desgaste na opinião pública. Isto se nota, particularmente, em sua referência a uma “política econômica que promova justa distribuição da renda”, exatamente oposta à que pratica o governo que apoia.

Não é o PDS o principal responsável pela política econômica vigente no País, que é concentradora da renda em mãos de uma minoria de grandes empresários associados diretamente ao grande capital monopólico estrangeiro? Não é este partido co-autor das medidas de restrição do crédito aos pequenos empresários e de contenção de salários da classe operária e dos trabalhadores em geral? Não é ele responsável pela inflação exorbitante? Pela desnacionalização da nossa economia (veja-se, por exemplo, o Projeto Carajás, para mencionar somente este exemplo mais chocante)? Pela repressão sobre os dirigentes sindicais, em suma pelo aumento progressivo da miséria e da pauperização absoluta de 50% da nossa população, que se manifesta de forma dramática na existência de 25 milhões de crianças abandonadas?

Sobre a questão da soberania nacional, do nacionalismo, o programa coloca apenas uma vaga referência no sentido de que o “Estado intervirá na economia para preservar o interesse nacional”. Porém, não diz como nem em que casos...

Com relação ao caráter do Estado, propõe uma “democracia burguesa representativa (ainda que não utilize este conceito) através de um “sistema eleitoral que assegure a legitimidade da representação política, fundada no exercício livre, independente e consciente do voto, na periodicidade dos mandatos e rotatividade dos partidos no poder”. Propõe também a “fidelidade às instituições republicanas e federativas (...) autonomia dos Estados e municípios, cujos governos e prefeitos devem ser eleitos pelo voto direto”.

Considera, ademais, que as prerrogativas do poder legislativo (“a maior das criações dentre as instituições liberais”) “são derivadas diretamente da soberania do povo”. E porque não as do executivo máximo, o presidente da república? É óbvio que até hoje não decidiram nada a este respeito porque sabem que a preferência popular repudiará seus eventuais candidatos.

Sua concepção a respeito das formas de propriedade desnuda meridianamente sua essência conservadora. O programa propugna "fortalecer a iniciativa privada, sinônimo de democracia econômica". Ao confundir democracia com a propriedade privada o programa do PDS assume de maneira conseqüente e radical o seu caráter de classe. Segundo este ponto de vista o Estado só deverá intervir na economia para defender um vago e indefinido "interesse nacional". Ao mesmo tempo, procura retirar do compromisso de preservar a propriedade privada sua identificação com a forma moderna dessa propriedade, que é o monopólio. Daí que se apressa em "combater o monopólio (sic!) ou qualquer outra forma de abuso do poder econômico". E por que não se promove de imediato este combate, se aí estão os casos escandalosos de atuação aberta dos especuladores, dos especuladores, dos monopólios, etc.? Que medidas concretas propõe o PDS contra tudo isso? **Nenhuma.**

No mesmo espírito de identificar a propriedade privada com a massa de pequenos e médios capitalistas, o PDS propugna também "fortalecer a pequena e média empresa" e acrescenta "que devem ter prioridade na política econômica". A crítica mais suave que podemos formular a esta proposta, vinda de quem vem, é a de que não passa de uma colocação demagógica, porque é o próprio governo que implementa a política elaborada pelo Fundo Monetário Internacional da qual um dos pilares fundamentais é a restrição de créditos à pequena empresa. No mesmo parágrafo, admite-se a "verticalização das grandes empresas"... posição, essa sim, coerente com os interesses das classes dominantes que se expressam através deste partido.

Em seguida, vem outra formulação que de tão cínica chega a ser grotesca: "Dar apoio vigoroso à empresa nacional, de modo que ela possa enfrentar a concorrência estrangeira". Como? Não se diz nada! Todos sabem que somente a grande empresa nacional poderia enfrentar a concorrência estrangeira e esta, em sua grande maioria, já está associada ao capital multinacional... Sabemos também que o PDS não pretende romper essa associação e sim aprofundá-la em benefício dos grandes capitalistas e tecnocratas enriquecidos pelas negociatas que tal associação envolve.

Outra demagogia: "defesa do consumidor que evite a distorção dos preços..." Que significa "distorção dos preços" se estes se elevam constantemente, seja como conseqüência da inflação, da especulação ou da ausência de uma efetiva política de **controle e contenção dos preços**, pelo menos dos produtos essenciais de consumo popular? No Brasil os preços não se "distorcem", mas se elevam dia a dia com a plena cumplicidade do governo e seu partido.

Sobre a questão agrária, questão que no Brasil é crucial, pois somos um dos países mais férteis do mundo, com um enorme mercado potencial, o

PDS não se propõe a realizar uma reforma da estrutura agrária mas, mesquinamente, uma "política agrária" que busca uma "regularização fundiária". Quer dizer, nem sequer a extinção do latifúndio improdutivo é cogitada, mas o seu "desenvolvimento". Tal postulação expressa o compromisso ou simbiose da burguesia industrial e financeira com a oligarquia rural. Vale dizer que o latifúndio para o PDS é intocável! Essa postura é in-conseqüente inclusive com os interesses de desenvolvimento do capitalismo enquanto tal; é verdadeiramente reacionária. Porém, em seguida, vem um sofisma: propõe-se "a sua distribuição a lavradores sem terra". Trata-se, portanto, de acenar com as terras devolutas do Estado e de pressionar levemente o latifúndio improdutivo para que utilize suas terras pois... seria melhor... Em seguida agrega-se uma proposta confusa de "remanejamento do minifúndio". Como? Não está nada implícito e muito menos explícito. Que diabos significa "remanejar o minifúndio"? Nem com a máxima boa vontade pode-se entender o que se quer dizer com isso. "Fortalecimento da pequena e média empresa rural, extensão de crédito" e outros blá-blá-blás! Nem uma linha sobre a extensão efetiva dos direitos trabalhistas ao campo; nada sobre os "bóias-frias"; nada sobre sindicalização rural. O PDS só se refere à luta "por uma política de colonização que proteja o trabalhador rural dos especuladores e grileiros..." Como? Em que consistiria isso? Não se diz nada... Mas o programa não propugna a **eliminação** dos especuladores e grileiros. Ao mesmo tempo, não faz nenhuma referência ao trabalhador temporário, que não tem emprego nem salário fixo, deixando sem rumo essa imensa massa rural.

De repente, vem algo no programa que é até interessante: "desenvolvimento acelerado dos recursos do mar". Num país como o Brasil, onde a maioria do povo é faminta e cujas costas oceânicas são enormes, por que não se promoveu tal desenvolvimento há muito tempo atrás? Incapacidade? Prioridades mal estabelecidas, como por exemplo as enormes inversões em armamentismo? Por que a preocupação, agora, em acelerar tal desenvolvimento? Obviamente, porque, entre outros, é um negócio muito lucrativo para as grandes empresas...

É interessante observar que para o PDS não existem outras formas de propriedade como as cooperativas e associações.

Não podemos seguir analisando este programa parágrafo por parágrafo mas, em síntese, os pontos que seguem continuam na mesma linha que é, no essencial, a de deixar tudo como está (como no caso de "manter a política energética"...) sem raspar sequer a crosta desse monstruoso sistema de dominação.

Como vemos, na realidade não existe no programa do PDS uma proposta de política econômica alternativa à implementada hoje. Existem ape-

nas algumas sugestões de medidas para serem incorporadas ao modelo econômico vigente no país.

Vejam agora como são enfocadas algumas das questões políticas e sociais.

“No campo político” propõe-se medidas tais como a garantia dos “direitos humanos fundamentais”.

Com que autoridade moral pode falar de direitos humanos o partido de um governo que permite que nas instituições repressivas se pratique a tortura indiscriminada sobre cidadãos indefesos? Com que autoridade pode falar dos direitos humanos “independentemente de (...) ideologia” um partido que impede o direito de organização livre de todas as tendências políticas e ideológicas?

Como todos os demais programas — exceto o do PDT — faz-se referências às “minorias marginalizadas”. E quem são essas “minorias” se os marginalizados são a maioria da população? Depois de uma vírgula referem-se a “menores carentes, migrantes, posseiros, favelados, índios e outros grupos...” Quer dizer, são estas as “minorias”? Nem uma linha sobre a questão da discriminação racial e social do negro e da mulher, a maior percentagem da sociedade brasileira!

“No campo social” aparece uma série de medidas aparentemente “progressistas” mas que de fato são indefinidas, tais como “salário mínimo justo (?)”, seguro desemprego (bem! mas por que não o implantam?), participação nos lucros das empresas e regimento em sua gestão desde que devidamente negociado entre patrões e empregados”. Apesar de que esta proposta visa a converter o trabalhador num sócio do capitalista, aumentando sua produtividade e sua solidariedade com a empresa, não pensam em concretizá-la. O “devidamente” é a válvula de escape para prevenir no futuro que essa “promessa” seja cobrada.

No mesmo item se inclui uma referência às “empresas estatais a serem privatizadas”, quer dizer, a **desestatização** de setores da economia que não são, de forma alguma, explicitados no programa. Tal política é contra os interesses sociais porque é claro que nenhum empresário se interessará por adquirir uma empresa que não tenha — pelo menos em potencial — uma alta taxa de lucratividade. Em outras palavras, depois que o Estado fez os investimentos básicos para o funcionamento da empresa, o PDS propõe sua transferência a proprietários privados...

Como a classe operária brasileira representa hoje cerca de dez milhões de pessoas, este partido, naturalmente pensando nas próximas eleições, pro-

põe o “direito de greve”, para cuja efetivação não deu um só passo. Entendendo a sensibilidade da questão educacional — meio mais importante de ascensão social no Brasil, País de milhões de analfabetos e semi-analfabetos, o PDS propõe o “acesso à educação”, “bolsas para estudantes” e, nada mais nada menos que um “ensino voltado para o desenvolvimento e a realidade do **mercado de trabalho**”, quer dizer, para as necessidades do desenvolvimento do capitalismo, revelando assim o seu conteúdo pragmático.

Destaca também uma preocupação com a cultura, o lazer, os esportes e divertimentos, o que não deixa de ser uma outra demagogia porque, voltando sempre a repetir nossa argumentação crítica permanente, perguntamos uma vez mais: por que não o fazem?

Menciona-se também programas de saúde, de amparo à maternidade, infância, velhice e desvalidos. Mas, “para variar”, não se diz como nem com que meios se pretende viabilizá-los.

Fala ainda contra a violência e sobre a necessidade de “reorganizar o espaço urbano”. Como? Adivinhe quem quiser e interprete como puder em que consiste isso para tal partido.

Fala em “proteger o inquilino”, porém, na prática, são coniventes com os aumentos exorbitantes dos aluguéis, pela catástrofe da política habitacional do BNH e pelo aumento escandaloso das favelas.

Fala em “ordenar a política de transportes urbanos”. Em que consiste este “ordenar”? Manter a “ordem” existente, quer dizer, péssimo atendimento à população, aumento constante dos preços dos transportes, etc, etc.

E, finalmente, a última proposta demagógica: “Combater a poluição do ar, das águas e do solo”. Como? Adivinhe quem quiser!

Não há uma só linha referente à política internacional. Como pode um partido político no Brasil, País que é subcontinente na América Latina, não ter nenhuma preocupação com a política externa? Serão absolutamente incompetentes os que redigiram este programa e se esqueceram deste aspecto crucial, de primeira relevância? Ou será que encampam plenamente a política exterior do seu governo? Nesse caso, que é verídico, por que, não o dizem??? E o paradoxal é que na política externa do atual governo reside o seu aspecto mais positivo, porque é hábil em apoiar governos progressistas com vistas à expansão do mercado externo, o que, de todos os modos, não deixa de encobrir sua concepção mercantilista mesquinha, que é sinônimo de oportunismo sistemático. Ou será que esta omissão se deve à necessidade

de obscurecer o problema do endividamento internacional, da dependência do petróleo, das necessidades prementes de abrir mercados a todo vapor, da debilidade em apoiar o programa de reivindicações dos países do Terceiro Mundo e dos não-alinhados, etc?

Para terminar, devemos reafirmar que a concepção estratégica do programa do PDS é a conservação do sistema capitalista dependente, sem promover nenhuma reforma de base estrutural, deixando tudo como está, quer dizer, fazendo com que os ricos fiquem mais ricos, as classes médias se proletarizem os proletários e trabalhadores sejam cada vez mais pobres e os marginalizados cada vez mais marginais. Tal programa é, portanto, coerente com os interesses exclusivos das classes dominantes e dos seus “assalariados” mais diretos que vivem das migalhas do poder (e que migalhas!) e por isso o defendem com a mesma convicção.

4. O PROGRAMA DO PTB

Tal partido, cuja sigla foi usurpada, é o que ostenta entre todos o pior programa: contém 20 itens que cabem em uma folha de papel. Sua concepção estratégica não está explicitamente definida e nada diz sobre a questão da soberania nacional, representando, portanto, um retrocesso em relação às melhores tradições nacionalistas do PTB histórico.

Sobre o caráter do Estado, este partido preconiza a luta “pela preservação da Unidade Nacional, o fortalecimento do regime federativo, a autonomia político-administrativa dos Estados e Municípios” (...) um “regime democrático, pluripartidarista, voto direto, secreto e universal extensivo aos analfabetos”. Destaca a luta pela “Assembléia Nacional Constituinte”, pelo direito de greve e pela representação política de “legítimos” trabalhadores e estudantes.

Não há nada neste programa sobre as formas de propriedade e sobre política econômica, tampouco existe uma proposta alternativa ao sistema atual. Coloca somente reivindicações vagas que surgem mescladas com as questões sociais.

Nos objetivos “econômico-sociais” deste precário “programa” (porque ele não contém nada sobre educação, nada sobre cultura, praticamente nada sobre direitos trabalhistas, sendo desta maneira mais conservador ainda do que o PDS) diz, por exemplo: “Lutar pela reformulação das Leis do Trabalho de modo a adaptá-las às condições do Brasil de hoje, respeitando a sua filosofia de amparo aos assalariados”. Em primeiro lugar, tal “filosofia” já foi desde há muito desrespeitada, especialmente desde 1964, e, em segundo lugar, um partido que se diz trabalhista mas não explicita de maneira alguma em que consiste esta “reformulação” não pode ser tomada

a sério! Fala em “oportunidades de trabalho” (sic!), “salário justo e condigno e estabilidade no emprego”, mas de maneira vaga e geral, sem mencionar sequer uma escala móvel de salários.

O programa refere-se ainda a outras generalidades, como lutar por “um sindicalismo autêntico, livre, horizontal, democrático e uno” (sic!). Mas não coloca a necessidade de reconstituição da CGT, uma das conquistas substantivas lograda pela classe operária.

Mas vejamos uma postulação mais retrógrada que a do PDS: “lutar pelo **redirecionamento** e humanização (sic!) da atual política habitacional, de modo a que os assalariados possam ter efetivo acesso à casa própria”. Quer dizer, parte da “atual” política do BNH e acaba limitando o direito à casa própria aos assalariados. E os desempregados? Os semi-empregados? Os marginalizados? Para eles nada! Esse PTB não tem sequer a capacidade de ser demagógico!

Sobre os direitos da mulher o único (e mesquinho) que diz é que na maternidade seja considerada um direito natural” (sic!). E se não é um “direito natural” que direito será??? Divino, por acaso???

“A proteção à infância é uma obrigação de todos”. Que barbaridade é essa? Em primeira instância a obrigação é do Estado, do Governo, desde que seja representativo da maioria do povo...

Em seguida, surgem algumas “lutas” gerais, que em nenhum momento se diz como equacioná-las, tais como “educação de primeiro e segundo graus”, que o “desenvolvimento econômico seja condicionado às **efetivas necessidades setoriais**”, etc... Blá-blá-blá.

Sobre a reforma agrária, o que diz é vago, vaguíssimo, e mais reacionário do que o preconizado pelo PDS, pois não menciona sequer a necessidade de modernização do latifúndio improdutivo (é como se os fenômenos do latifúndio, minifúndio, bôias-frias, etc., não existissem...). Só preconiza uma “racionalização da produção rural, o aumento da produtividade da terra e a ascensão econômica do homem do campo”. Como? descobri-lo seria o mesmo que decifrar o mistério da Santíssima Trindade.

E o pouquinho que sobra desse “programa” é o “estímulo ao empresário nacional progressista”, a defesa da Amazônia, da “nossa economia”, “riquezas naturais e do trabalho” e blá blá-blá! E acaba.

Sobre política externa, nem uma linha!

Tem este partido uma concepção estratégica?

Explicitamente, não. Não somente por incompetência, mas, sobretudo, por demagogia, quer dizer, para não revelar aos setores populares que ainda confiam nesta sigla os seus compromissos com o sistema. Implicitamente, sim: a manutenção do sistema capitalista tal qual, encoberta por uma fraseologia curta e medíocre e uma concepção geral mais conservadora que a do PDS. Um partido “trabalhista” que desconhece o conceito de imperialismo, que não tem uma linha política para enfrentar a espoliação do capital estrangeiro — cuja denúncia ficou registrada na histórica Carta Testamento de Getúlio Vargas! — o PTB renega, portanto, a herança fundamental de Getúlio Vargas. Não vale a pena prosseguir destacando o que esse “programa” não tem. Naturalmente, sua precariedade demonstra não somente a incompetência, mas também a “flexibilidade” para abrir um espaço político para os piores algozes do trabalho: o lacerdismo-golberiano-janista.

É o único partido dirigido, formalmente, por uma mulher, porém é alheio ao sofrimento e às injustiças que sofre a maioria da população brasileira que é composta por mulheres. Que lástima de partido! Quer representar uma coisa e é de fato outra coisa! Que caricatura do PDS!

5. O PROGRAMA DO PP

Este programa, com seus precários 26 itens, é tipicamente liberal, refletindo, portanto, de maneira nitida, o seu caráter de classe. Apesar de ser mais exíguo ainda que o do PDS, é sem dúvida modernizante ao propugnar uma abertura democrática mais ampla na qual se inclui sintomaticamente a “revogação da Lei Falcão”. Ainda que a sua preocupação esteja centrada nas próximas eleições, é um programa progressista, desde que o progresso não questione as bases do sistema capitalista dependente.

Com relação à questão da soberania nacional, propugna uma “Reforma Constitucional” que a “afirme em toda sua plenitude”, porém, não acrescenta nada mais, exceto a reivindicação da “revisão da Lei de Segurança e a recomposição do Conselho de Segurança Nacional...”, quer dizer, apenas a **revisão**.

Sobre o caráter do Estado, não há nada: somente a propugnação pelo “restabelecimento efetivo do sistema federativo de governo”. Não há nada mais em relação às formas de propriedade senão a ênfase, como no programa do PDS, sobre a importância da desestatização. Não chega a propor uma política econômica alternativa e tampouco nacionalista. Vejamos:

Propõe uma “legislação especial para regular o funcionamento das empresas multinacionais (...) **maior** controle (sic!) das remessas de lucros...” como se existisse, verdadeiramente, algum controle!

Propõe a desestatização das empresas, ao clamar pela “restrição do capitalismo estatal aos setores em que seja estritamente indispensável” (sic!). Segue assim os passos do PDS e expressa os anseios da burguesia brasileira de abocanhar as empresas construídas com os recursos do nosso povo.

Propugna uma “redistribuição das rendas em favor dos municípios e dos Estados (vago!) com prioridade para o desenvolvimento do Nordeste...”, o que neste aspecto é relevante.

Sobre a questão agrária, preocupa-se com a prosperidade do campo, através de uma “estruturação de nova organização rural” (não gosta das palavras reforma agrária) através da “eliminação do latifúndio improdutivo e do minifúndio antieconômico” (no que se assemelha ao palavreado do PDS e ao programa do PMDB, como veremos em seguida). Fala no “amparo à pequena e média propriedade; proteção ao assalariado rural, assegurando-lhe fundo de garantia e assistência social” (neste sentido é mais concreto que o programa do PT), e acrescenta a “livre organização sindical (...) política de pleno emprego”, etc.

Uma “reforma bancária pra fazer do banco instrumento efetivo do processo de desenvolvimento econômico e social” (sic!) e outras inconsistências a esse respeito. Ora, o PP se chama Partido Popular mas, na verdade, seus dirigentes mais efetivos são proprietários de grandes empresas e cadeias de Bancos no Brasil. Essa “reforma bancária” proposta de maneira tão nebulosa, só pode ser feita no sentido de favorecer ainda mais os interesses dos grandes bancos e empresas... Não acreditamos que o povo brasileiro seja ingênuo...

Agora, vejamos uma formulação tristemente grotesca deste programa liberal-burguês que significa uma falta de respeito à maioria sofredora do nosso povo: “Reforma do sistema habitacional capaz de possibilitar casa própria, **mesmo** às famílias de baixa renda”. Se a reforma do sistema habitacional não for voltada para satisfazer às necessidades das famílias de baixa renda é uma fraude. As necessidades de quem satisfaria então???

Fala de “iguais oportunidades para todos”, o que é conseqüente com sua visão utópica e demagógica de liberalismo; propugna também a “defesa do meio ambiente” (como?), “a defesa da Amazônia”, sem precisar que medidas devem ser tomadas.

“Garantia de transferência de “Know-how” (!) para defender “a tecnologia nacional”. Blá-blá-bláaa!

O leitor terá percebido que **jamais**, neste programa, se utiliza a palavra **nacionalização**.

Sobre a questão social ressalta a proposta de “plena liberdade de expressão”.

Propõe também a “livre organização estudantil” e, pelo menos, não se refere aos “legítimos estudantes” como o “PTB”. Propõe também a “reforma do sistema educacional com o objetivo de democratizar a educação”, adjudicando ao Estado esta responsabilidade e não “a todos”, como o faz o partido das senhoras Ivete e Sandra. Propõe ainda a “prioridade ao ensino primário”, o “combate à violência urbana” e a anulação dos “fatores que geram a insegurança nas grandes cidades”, mas não diz nada sobre estes fatores, conseguindo ser ainda mais vago que o PDS. Pede a “defesa dos direitos dos deficientes (...)” bem como “reforma do sistema de previdência”, etc., mas não diz como enfrentar, na prática, esses problemas.

E não se pode dizer que não se preocupa com a mulher, pois há uma exígua referência à “garantia dos direitos à mulher e a todas as minorias sociais”. Só isso! E colocado de maneira absurda, porque mistura, vagamente, a pretensa garantia a seus direitos junto ao das “minorias”. E acaso não são as mulheres a maioria da população, bem como os negros e mulatos? Além disso, coloca essa garantia no plano jurídico (?), o que é pouco, pouquíssimo, e finaliza com uma frase vaga: “política de proteção ao menor e à velhice”, sem nada dizer como deve ser implementada tal “proteção”.

Sua proposta de política externa condensa-se num mísero parágrafo: “...Soberana, respeito aos tratados e compromissos com o mundo democrático (qual? Respeito, por exemplo, ao acordo nuclear, que é secreto?) e maior aproximação com os países da América Latina e da África”. Vejam bem, propugna o “respeito aos tratados” — e repetimos: incluindo o tratado Brasil-Alemanha Federal, cujo conteúdo o povo desconhece, e por algo o será...Preconiza aproximação com os países — não com os povos — da América Latina e África (sem discriminar, por exemplo, Estados racistas como a África do Sul, ou fascistas como o Chile de Pinochet; é claro, com o objetivo programático do tipo que orienta o governo atual: abrir novos mercados para a exportação dos produtos das grandes empresas. **Nada** sobre a **solidariedade** com os povos que lutam pela sua libertação; nada sobre a autodeterminação, nada sobre o antiimperialismo.

A visão estratégica de tal programa é a de conservar o sistema provocando, porém, um rodízio dos homens que o administram, liberalizando-o de maneira limitada, com o objetivo de conter o desdobramento das agudas contradições entre as classes sociais, já abertas ou ainda latentes. Esse programa, portanto, nada tem de popular e revela as limitações históricas e estruturais que sofre o “progressismo” da burguesia brasileira, a qual, desde há muito, deixou de ser nacional e já se fez sócia menor do grande capital

internacional. E, também, desde há muito tempo, deixou de ser democrática, com medo das massas populares que tentou mobilizar no passado.

6. O PROGRAMA DO PMDB

Este programa é, sem dúvida, o mais pretensioso, com seus 102 itens e 5 subitens. Seu caráter de classe é liberal-democrático, o que se expressa no não questionamento do sistema capitalista dependente em que vivemos ao mesmo tempo que se pretende alcançar uma maior participação popular na gestão da vida política, social e na economia. Essa postulação contraditória é compatível com o caráter de frente ampla oposicionista do PMDB, que abrange desde setores conservadores, passando por seus dirigentes liberais, até setores da esquerda e populares.

Pela própria linguagem utilizada — semelhante àquela que se usa em organismos internacionais, como por exemplo, a CEPAL e outras instituições da ONU — nota-se que visa compatibilizar interesses radicalmente distintos dos diferentes setores que compõem essa frente, que não chega a ser um partido. É inegável **não teve uma origem democrática**; foi feito num gabinete por uma equipe de técnicos, economistas, sociólogos e (quicá) até por alguns políticos profissionais. Pode-se reconhecer o estilo predominante de algumas eminências da vida universitária brasileira, muito respeitável intelectualmente. E, talvez exatamente por isso, é surpreendente ver em vários aspectos cruciais deste programa afirmações vagas, confusas, cinicas, utópicas, cheias de falsos tecnicismos que o povo, e até mesmo pessoas de instrução superior, não podem entender.

Como não é do nosso estilo fazer críticas sem fundamentar, passaremos a destrinchá-lo para demonstrar como são indiscutíveis tais afirmações.

Talvez se possa expressar seu objetivo estratégico nesta ponderação: “a construção de uma democracia que compatibilize desenvolvimento, liberdade, igualdade e justiça social”. Como? Nada se diz. Como esta democracia não é concebida como socialista, e como não se colocam metas claras de superação do subdesenvolvimento e da dependência, não se pode conceber a forma pela qual pretende-se alcançar estes objetivos.

É verdade que existem democracias burguesas que lograram um desenvolvimento importante da justiça social: Finlândia, Noruega, Suécia, etc., sem que se possa naturalmente deixar de destacar que também nestas existem problemas sociais graves. Mas são, na verdade, os “modelos” de democracia burguesa. Contudo, não existe, sequer hipoteticamente, a possibilidade de que o capitalismo dependente brasileiro, com todas as suas mazelas, avance nesta direção. A nossa história é bem diferente, a nossa miséria é

por demais aguda e o nosso país, enquanto for capitalista, não pode neutralizar a dominação imperialista. Tal colocação é, pois, utópica e demagógica e não postula, como objetivo estratégico, a transição ao socialismo.

Não existe no programa uma concepção sistemática sobre a questão da soberania nacional e, conseqüentemente, ele não propõe uma política nacionalista e anti-imperialista (como veremos, na parte da proposta econômica há somente uma afirmação genérica no sentido de “nacionalizar a economia”).

Sobre o caráter do Estado, defende um “regime representativo” que emane do “sufrágio livre, direto e secreto de todos os cidadãos, inclusive analfabetos”. E embora pretenda “ampliar a participação do povo nas decisões que afetam sua vida e seu bem-estar” e a “auto-organização da sociedade”, não critica o Estado liberal e não vincula, claramente, esta auto-organização com o exercício do poder estatal nos seus diferentes níveis, nem reclama o direito de as organizações populares vigiarem e controlarem seus representantes. A sua noção de “participação” é, pois, aquela que defendem os liberais como resposta tímida e conservadora ao avanço das massas populares e sua busca de reorganizar o Estado superando seu ordenamento liberal-burguês para submetê-lo ao poder de suas organizações.

Se no plano político-institucional o PMDB não supera a vida liberal-burguesa do mundo, sua política econômica é mais nitidamente ainda uma expressão desse ponto de vista. Contudo, por razões demagógicas (pois todos sabemos que o povo brasileiro não se contenta mais com uma política econômica burguesa) ou por vícios de origem social, o programa desse partido apresenta os problemas econômicos sob um prisma tecnocrático, confuso e hermético.

Ele afirma, vagamente:

“Os interesses do trabalho se sobrepõem aos do capital e impõe justiça na repartição da renda e da riqueza”. Nós perguntamos: Como? O PMDB, ao contrário do PDT, não define as formas de propriedade que devem existir e coexistir prioritariamente e, portanto, jamais diz que a propriedade privada deve estar submetida aos interesses sociais. Ao contrário, coloca todas as formas de propriedade no mesmo saco. Ora, se conservamos ainda o capitalismo, como se pode submeter os interesses do capital aos do trabalho de outra forma que não seja através de uma limitação social da propriedade privada? É assim que o programa do PMDB se confunde todo nesta questão ao colocar: “Para o partido, **tanto** as empresas de propriedade estatal, **quanto** as de propriedade privada deverão pautar suas decisões de produção e gestão segundo o interesse público”. E como se operaria isso? Resposta: “Isto supõe responsabilidade social da empresa (sic!) e controle democráti-

co de suas atividades e decisões por parte da sociedade (...) supervisão efetiva das instituições integradas por representantes da sociedade (quem?), **especialmente** o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas e Câmaras dos Vereadores”. Ora, além da impossibilidade física desses poderes exercerem um controle efetivo sobre as empresas, perguntamos: em geral, por quem são compostas estas instituições? Acaso o serão, em sua maioria, por autênticos representantes do povo? O PMDB não teve a coragem de defender a co-gestão ou a participação dos trabalhadores na gestão da grande empresa pública e privada. Não põe ênfase na empresa estatal e não ressalta o papel progressista das cooperativas. Não se trata de pedir ao PMDB uma definição clara a favor da propriedade social e da auto-gestão combinada com a co-gestão e a participação, tal como defende o programa do PDT, pois estas são definições socialistas. Mas era de esperar-se uma posição mais avançada nesse âmbito. Esta timidez quanto às formas de propriedade prolonga-se num rosário de afirmações genéricas e vagas sobre o poder econômico, o monopólio e outras mazelas de nossa economia: “... lutará o partido para impedir as grandes concentrações de poder econômico privado, bem como para submeter as atualmente existentes ao controle democrático”. Como? E quer dizer: impedir novas concentrações de poder econômico mantendo as atuais... E prossegue com toda uma formulação que revela o mais confuso dos liberalismos e que não podemos transcrever por ser esgotador.

Esta timidez manifesta-se também no que respeita ao grave problema da corrupção, sobre a qual a sua atitude é **passiva**, pois: “denunciará ao povo cada caso que lhe chegar ao conhecimento” vale dizer, não promoverá por si mesmo pesquisas e mobilizações para terminar com o fenômeno da corrupção que permeia praticamente todos os níveis da nossa economia e sociedade.

As vacilações sobre as formas de propriedade, o monopólio e a corrupção dão uma indicação do que pensam os teóricos e políticos do PMDB sobre esta questão fundamental para a vida cotidiana do nosso povo, que é a inflação:

“O PMDB (...) repele a idéia de que para combater a inflação seja imprescindível levará recessão, comprimir os salários e aumentar o desemprego”.

Para os economistas do PMDB a inflação é uma parte da política de redistribuição da renda nacional que deve alcançar-se através da elevação dos salários e da participação (além dos salários, como participa?) dos trabalhadores na renda nacional. Como? Através de “um novo esquema de relações trabalhistas, com autonomia sindical, negociações coletivas e direito de greve!” Pela defesa do salário mínimo e o reajuste salarial!

Mas é possível um grupo de pessoas responsáveis apresentar uma tal análise da inflação e da distribuição da renda para pedir o apoio político de um povo que tem nestas questões o aspecto central do seu destino?

A idéia de que a inflação é somente um problema de distribuição da renda é totalmente falsa. O fenômeno inflacionário é muito mais complexo e envolve um conjunto de comportamentos econômicos ligados ao sistema de produção, à capacidade de oferecer ao mercado suficientes produtos em equilíbrio com a renda, à possibilidade de comportamentos monopólicos, ao papel das instituições financeiras, do crédito público e privado, dos gastos estatais, etc. etc. Uma política de combate à inflação tem que cortar a fundo, na raiz do sistema econômico capitalista dependente, tal como o propõe o programa do PDT que analisaremos mais adiante.

Mais fundo ainda tem que chegar uma política de redistribuição da renda. É ridículo tentar distribuir a renda somente permitindo a livre luta entre salário e capital. Num país como o Brasil não haverá distribuição da renda sem reforma agrária, sem combater o monopólio na sua raiz, sem entregar ao Estado mecanismos de poder para usar os recursos fiscais e a renda das empresas públicas em favor das grandes maiorias, sem mudar radicalmente o sistema produtivo, fortalecendo a produção de bens consumidos pelos trabalhadores em vez dos produtos e serviços de luxo de que se locupleta nossas classes dominantes.

A proposta liberal-burguesa do PMDB não chega nem a arranhar estes problemas. Por que?

Essas reformas estruturais são viáveis sob o capitalismo dependente? Obviamente, não. Reformas estruturais agudizam o enfrentamento entre as classes sociais antagônicas, conduzem à radicalização para a direita ou para a esquerda e tendem a por na ordem do dia ou um retrocesso anti-democrático ou um avanço ao socialismo. Portanto, falar em alternativas anti-inflacionárias, sobretudo num país como o Brasil, sem pensar numa política econômica de transição ao socialismo é, ou mera incompetência ou mera demagogia.

Vejamos, contudo, como se confundem e se complicam os políticos, e teóricos da confusa frente peemedebista. Dizem em seguida:

“... é preciso que o salário mínimo **permaneça** (sic!) como instrumento de proteção dos trabalhadores precariamente organizados...”. Vejam só: dizem “permaneça” como se acaso o atual e mísero salário mínimo fosse um verdadeiro “instrumento de proteção” de qualquer cidadão! Mas, para não alegarem que citamos só uma parte deste discurso programático citaremos também o que vem em seguida: “e seja fixado de modo a atingir, no

menor prazo possível, um **valor real** e único suficiente para satisfazer as necessidades vitais do trabalhador e sua família”. Mas que processo é proposto para fixar este “valor real”? O reajuste de acordo “à elevação do custo de vida” e “o salário móvel”. Tudo bem: nesse aspecto resgata-se a antiga legislação trabalhista. Porém, ainda na melhor das hipóteses, nesta altura nada disso compensa a perda do poder aquisitivo da grande massa trabalhadora que vive de salário mínimo porque a sua queda nos 17 anos de ditadura chegou a 47%. O salário mínimo do Brasil não responde às necessidades de sobrevivência nem de um trabalhador, quanto mais o de sua família. O nosso atraso neste campo é evidente quando fazemos comparações internacionais. Em países capitalistas desenvolvidos — como a França, por exemplo — o salário mínimo é sete vezes superior ao do Brasil; e em países capitalistas dependentes, como o México, o é mais de três vezes.

As propostas para a “Reforma Tributária e o Setor Financeiro” que aparecem neste programa são também irreais e ademais são **absolutamente** ilegíveis pelo povo. Vejamos um exemplo do seu tecnicismo: “dever-se-ia restabelecer o princípio do risco no sistema evitando-se a socialização das perdas, quando há privatização dos lucros (sic!); suprimir gradual, mas firmemente, a correção monetária, exceto para os fundos sociais de poupança; taxar mais fortemente os lucros financeiros; reduzir o giro da dívida pública (dilatando os prazos médios de resgate); desvincular o endividamento externo das taxas de juros. Por outro lado, levando em conta que cerca de 10% do acréscimo de riqueza gerado anualmente no Brasil é apropriado pelo setor financeiro — uma proporção absurdamente elevada — cabe tomar medidas que diminuam os custos operacionais e administrativos da intermediação financeira, bem como a sua hipertrofia, para diminuir a taxa de juros real. O PMDB considera essencial diminuir o custo do dinheiro para atividades produtivas”.

Ufa! quem pode entender tudo isso, senão os empresários, técnicos, economistas e outros do mesmo jaez? Afinal, um programa é feito só para uma elite dominante ou para o povo o entender? Esta maneira tecnicista de colocar a questão dos escandalosos lucros do setor financeiro e do seu controle sobre as decisões de investimento não será uma maneira elegante de se furta à questão fundamental que é a **nacionalização** dos bancos?

As páginas que seguem com os itens “O Sistema Bancário”, “A Questão Energética” são igualmente tecnicistas, portanto incompreensíveis para a maioria e cheias de blá-blá-blás!

Logo vem um item crucial: “O Capital Estrangeiro”. Neste item o PMDB propõe, como o PP “... controlar **mais eficazmente** os fluxos de divisas remetidas ao exterior...”. Como se houvesse de fato algum controle!

E nunca se menciona a necessidade imperiosa da nacionalização das grandes empresas monopólicas, não obstante utilizar-se a expressão vaga e incorreta, política e teoricamente, de que “é preciso nacionalizar a economia”. Que significa isso? Em primeiro lugar, para nacionalizar a economia em geral, seria necessário “nacionalizar” a grande burguesia brasileira que está em sua maioria associada ao capital estrangeiro; em segundo lugar, tal formulação é absurda porque, especialmente num país como o Brasil, existem algumas empresas estrangeiras que utilizam uma tecnologia avançada e não podem ainda ser nacionalizadas completamente. A atuação de tais empresas deve ser regulamentada. Não se trata, portanto, sequer de ser contra o capital estrangeiro em geral, porque, por exemplo, não temos ainda suficientemente desenvolvida tecnologia de ponta em muitos setores. Por isso, falar em “nacionalizar a economia” não passa de uma pura e simples demagogia barata. É contraditória, pois num setor vital da economia como o do petróleo esse partido defende o “monopólio estatal da pesquisa, lavra refinação e transporte”. e a comercialização? Essa parte tão lucrativa e tão vital para o controle do setor fica nas mãos da Esso, Texaco, etc.?

Com relação à questão agrária, cuja importância estratégica já assinalamos, o programa do PMDB fala de muitas coisas como aumento da produção, defesa dos pequenos e médios proprietários, armazenamento, imposto progressivo sobre as terras ociosas, assistência técnica contra o uso indiscriminado dos fertilizantes, etc. Certamente, trata-se de uma proposta mais detalhada que a do PP e aparentemente mais progressista quando diz que é necessária “... a organização de cooperativas de compra e venda de produtos agrícolas, a fim de **atenuar** (sic!) a dupla exploração sobre o produtor e o consumidor, realizada por atravessadores privados”. Vejam bem: **atenuar** e não **eliminar**! Nesta questão fundamental o PMDB coincide, pois, com o PP. Vejamos como ambas as concepções encontram-se como vertentes que desembocam no mesmo rio, o que explica em parte a possibilidade da incorporação de um no outro:

“PMDB defende a necessidade da reforma agrária, em especial **onde coexiste o latifúndio improdutivo com o minifúndio inviável...**”, quer dizer prioridade para **estes casos**! Não se trata portanto de questionar o latifúndio enquanto tal, mas “onde coexiste (sic!) com o minifúndio...”

Fala também no fortalecimento dos sindicatos rurais, igual ao PP. (Tema que o PT, surgido dos sindicatos, esqueceu-se de explicitar...), mas não toca realmente, com a coragem necessária, na questão agrária brasileira. E por quê?!

Se o PMDB é omissivo e esquivo nas questões econômicas, o é ainda mais no que se refere a sua definição como partido, a sua estratégia e a sua tática.

Vejamos primeiro como se autodefine:

“O PMDB é um partido de massas, que não se limita a sua expressão parlamentar”. Lamentavelmente, não se conhecem essas expressões não parlamentares num partido que é dirigido quase exclusivamente por parlamentares ou candidatos. Dizer que esse partido “não se limita a sua expressão parlamentar” é uma pretensão que choça com a realidade de sua base social que é inorgânica enquanto tal, digamos amorfa, sem os critérios de uma efetiva disciplina partidária, posto que esta agremiação reúne “gregos e troianos”.

Para negar essa realidade, recorre-se a um cinismo inaudito: “sendo um partido e não uma frente (?) (até parece que seus intelectuais esqueceram-se do abc da teoria política a respeito do que é um partido político...) o PMDB **não admitirá grupos de militantes que obedeçam a princípios e orientações de outras organizações partidárias**”. Que grotesco! Todo mundo sabe, porque é público e reconhecido por eles mesmos, que em seu seio coexistem partidos organizados das mais variadas tendências... E nem poderia deixar de ser assim, porque este tênue processo de abertura não permite que estes partidos existam legalmente — têm de buscar a infiltração em uma “frente” — e ao que tudo indica nem eles mesmos estão interessados em sua legalização, seja porque não acreditam na legalidade burguesa ou porque temem que não arrastariam segmentos importantes da nossa população que ainda é despolitizada e temerosa da visão fantasmagórica do “comunismo”, visão criada sobretudo pela imprensa do sistema burguês e da ditadura. Mas essa atitude programática não deixa de revelar uma postura mal encoberta de macarthismo na medida que não querem assumir a frente com os partidos de esquerda — que seguem a orientação dos seus próprios comitês centrais — mas somente aproveitam, oportunisticamente, das suas capacidades de mobilização e arrecadação de votos para os seus dirigentes, cuja maioria são liberais.

“... é um partido genuinamente brasileiro e popular”. Nem tão popular, nem tão brasileiro, porque em seu seio coexistem grandes empresários associados às multinacionais e setores tipicamente liberais que não têm nada que ver com as aspirações populares.

“... seu programa e sua ação traduzem os anseios dos brasileiros enraizados em sua experiência histórica...”. Ora, a experiência e a tradição históricas de lutas do povo brasileiro não se traduzem em um partido surgido como uma “oposição consentida” há uma década e meia atrás. Traduzem-se, na verdade, em décadas e décadas de lutas e acumulação de experiências que não podem ser cortadas simplesmente por um golpe de baioneta. Que pretensão e que “ingenuidade”!

No capítulo sobre a “organização da sociedade”, o PMDB afirma algo absurdo, de forma mais explícita que o PP. Vejamos: “defende (...) o direito de organização, expressão e protesto das **minorias e setores discriminados, em especial mulheres, negros, índios e analfabetos**”. A maioria da nossa população — mulheres e negros — é, portanto, reduzida a “minorias”. Que desprezo pela maior parte do povo! Apesar de que sobre ambos os segmentos sociais o programa desenvolva itens específicos. No que se refere às mulheres, ele se limita, como o PP, aos aspectos jurídicos, do “pleno exercício da cidadania e da capacidade civil”. O que é relevante, mas corresponde a muito pouco, pois do que se trata **efetivamente** é de levantar uma política viável de incorporação da mulher no processo produtivo através da criação de condições materiais para que tal possa ocorrer. O único que este programa apresenta nesse sentido é a luta pela construção de creches e a divisão com os homens do trabalho doméstico. Reconhecemos que, neste sentido, está mais avançado que os programas comentados anteriormente (e que o do PT, que veremos mais adiante) pois propõe alguns passos adiante para aliviar o sofrimento destas “minorias”, mas faltam tantos outros aspectos simplesmente esquecidos ou desviados.

O programa destaca também itens sobre índios, jovens, menores e analfabetos e nestes não temos reparos a fazer.

Para concluir, vejamos o vexame de política exterior que propõe o PMDB e que se resume aos dois últimos parágrafos, por sinal contraditórios, do programa.

No primeiro, fala-se “de ampla solidariedade com os povos que lutam por seus interesses **legítimos**”. E com que critério se medirá a legitimidade ou não da luta dos povos? Mas o principal não é esta formulação ambígua — tipo “PTB” de Dona Ivete — mas como, em seguida, retira-se até esta parca “solidariedade”, assim: “O PMDB propõe que o Brasil procure articular-se com os povos que lutam por ideais de democracia, igualdade e independência nacional e que suas decisões de política internacional sejam autônomas, obedecendo **única e exclusivamente aos interesses** do povo brasileiro”. Quer dizer, se apoiará uma luta como a do povo nicaraguense — por exemplo — **desde que** interesse “única e exclusivamente” ao nosso povo. Que interesses podem mover um povo a apoiar a outro povo que luta pela sua libertação? Do ponto de vista maiúsculo, de **solidariedade humana**, quando um povo é consciente, politizado e generoso apoia a outro sem “interesses” particulares. Assim, na melhor das hipóteses, esta é uma colocação condicional e mesquinha.

Em resumo: tal programa representa um retrocesso de vinte anos, pois, no começo dos anos sessenta, o povo brasileiro já lutava por “reformas de base”, “reformas estruturais” que não são contempladas neste projeto.

Para concluir: Há lugar no programa do PMDB para um anti-imperialismo? Para um anti-colonialismo? Para um avanço ao socialismo? Lógico que não! Qual é, portanto, sua concepção estratégica? Nenhuma coerente. Uma miscelânea “progressista”, vaga, demagógica, utópica, pouco séria, confusa, tecnicista: típica de uma frente que outrora, como oposição consentida, foi a grande frente das oposições mas que, hoje, representa somente os seus restos: aqueles que buscam adiar indefinidamente sua decisão partidária. Não pode ser um fator de luta efetiva contra a ditadura uma frente cujos objetivos são tão confusos e retrógrados. Só podemos ver nesta sobrevivência o resultado do imobilismo político de nossas elites, sua falta de interesse pela efetiva conscientização e organização de nosso povo para derrubar verdadeiramente a ditadura e avançar no sentido de gerir o seu próprio destino.

7. O PROGRAMA DO PT

O documento que este partido apresentou à opinião pública com este título não chega a ser propriamente um programa. É um enunciado de propostas gerais, de reivindicações econômicas e sociais e de protestos contra o regime atual. É um chamado à luta pela “democracia efetiva” (como?); “contra a **atual** “Lei de Segurança Nacional”; pelo “direito à livre organização dos trabalhadores”; a “luta pela liberdade e justiça”; “contra a miséria, a doença, a ignorância e os preconceitos” e outros, sem dúvida de grande importância, mas que são colocados de maneira vaga, sem justificativas ou propostas de efetivação”.

Qual é a concepção estratégica de tal “programa”? É reivindicativo-corporativista. Este enfoque estratégico expressa-se em sua “Plataforma de Lutas”, à qual podemos agregar a palavra **imediatas** (pois essas reivindicações poderiam ser logradas num eventual governo burguês-progressista sem alterar substancialmente a estrutura econômico-social do capitalismo brasileiro), e em sua visão corporativa da organização político-social como veremos em seguida. Desta maneira, o “programa” do PT não contém uma proposta de transição ao socialismo.

Quanto ao enraizamento social deste partido, tal como o apresenta seu “programa”, ele pretende representar a todos os trabalhadores sem uma clara distinção de classes sociais entre os que vivem do seu salário e os profissionais liberais.

A definição dos seus objetivos e princípios parece ter uma origem mais evangélica do que política. Sente-se um vento pastoral, inequivocamente novo e muito fresco que deve refletir os setores, hoje felizmente progressistas, das Igrejas. Estas origens, conscientes ou inconscientes, podem ser notadas por qualquer pessoa que deseje fazer uma análise objetiva e serena do

“programa”. Para começar, nele não aparecem as classes sociais e sim os fiéis, pois trata-se de defender os “interesses de todos os trabalhadores, **de camponeses a médicos, de operários a engenheiros...**” camponeses, se são pobres, compõem uma classe oprimida; operário é óbvio que é classe dominada; mas a maioria dos engenheiros e médicos é de classe média ou mesmo da burguesia, sobretudo se são competentes (e mais ainda se são inescrupulosos) e estão com os bolsos cheios... Em suma, são classes sociais diferentes, seja pela sua posição diante dos meios de produção, seja pelas suas condições materiais de existência, seja pelo nível de ingresso e de consumo, de vida, enfim. Podem e devem estar num partido popular, mas isso não justifica a miscelânea de qualidades distintas de “trabalhadores”. Ah, pode-se dizer: é porque vivem do seu trabalho, não exploram o trabalho alheio! Na verdade, isto vincula um conjunto de classes sociais distintas. Mas essas classes se diferenciam entre si, pois uma recebe salários, outra emolumentos, e outras até lucros, como os pequenos proprietários (artesãos, comerciantes, industriais, etc.) estranhamente excluídos desse amplo universo de trabalhadores. Não se trata aqui de subestimar o papel da pequena burguesia proprietária ou assalariada num processo de lutas por profundas transformações sociais, mas, para ser teoricamente correto, o programa teria de explicitar que o PT não pretende ser composto por uma só classe dos “trabalhadores” e sim por um conjunto de classes e setores de classes sociais. Isto exigiria uma melhor definição sobre os setores hegemônicos neste conjunto. Mas vejamos como o PT estabelece a relação entre o partido e os movimentos sociais que realizam essas classes trabalhadoras. Ele prega a transformação da “infinidade de movimentos, que vêm se desenvolvendo, em uma força política verdadeiramente expressiva em nossa sociedade”. E agrega: “Para conseguir isto, é que os trabalhadores precisam de um partido, que não se limite a tal categoria ou a tal região: precisam de um partido político nacional”. Ora, essa é uma missão típica de organismos de massa e não de um partido. É missão da CGT, da Contag, da UNE, etc. Um partido não pode ter a pretensão de fundir-se com as organizações de massas ao ponto de ser a sua unificação no plano político, pois os movimentos de massas existem fundamentalmente em defesa de objetivos imediatos que correspondem à defesa de seus interesses **dentro** da sociedade capitalista. Um partido que expresse os interesses históricos do proletariado se situa em outro plano — o da substituição da sociedade atual por uma nova: o socialismo. Por isto o PT assume uma visão partidária tipicamente corporativista e é ela que se expressa claramente no seu programa. Vale dizer que o PT reduz a luta pela democracia à luta de massas. Organização de massas mais organização de massas é igual ao partido. O partido passa a ser o intermediário das pressões e reivindicações das massas sobre o Estado. Este foi o caminho seguido pelos partidos social-democratas europeus que os levou à condição de uma força estabilizadora do capitalismo, reformando-o e dando-lhe um conteúdo social mais profundo.

É preciso tomar consciência do que representaria a hegemonia de um partido com estas características num país subdesenvolvido e dependente como o Brasil. Como os setores mais organizados das massas são os operários qualificados e as classes médias, a reforma do Estado burguês que os assimilasse manteria na miséria e no atraso as amplas massas de operários não qualificados e semi-proletários e marginais, camponeses e assalariados agrícolas não permanentes, etc. De certa forma, ao contrário das tolices que se diz no Brasil sobre o “modelo” mexicano, isto foi o que ocorreu no México como resultado da revolução popular e camponesa de 1910 a 1917 que liquidou o poder oligárquico tradicional sem conseguir superar o capitalismo. O crescimento da burguesia nestas novas condições lhe permitiu cooperar o operariado urbano, amplos setores das classes médias e do campesinato e estabelecer um regime de certa justiça social para um setor da sociedade mas que deixou de lado as grandes massas empobrecidas do país.

Não queremos dizer que o PT é um partido social-democrata, ou que pode converter-se num PRI mais radical, pois não temos a evolução europeia nem a revolução mexicana, o que sim alertamos é para as consequências que emergem dessa visão corporativa da relação entre as lutas de massa e o partido que, segundo o programa: “surgido do movimento sindical e popular, proposto como partido de massas de amplo alcance social, o desenvolvimento de sua estratégia depende da permanente relação com movimentos como este”.

Seria este pragmatismo a explicação para esta ausência de objetivos claros que se expressa na pobreza do “programa” que estamos comentando? O PT, segundo esta concepção, não precisa ter clareza sobre onde quer chegar; ele se contenta em ser a expressão do movimento de massas. Como dizia o teórico-social-democrata alemão Eduardo Bernstein: “Os objetivos não são nada, o movimento é tudo”.

Esta indiferença pela formulação precisa dos problemas nacionais e dos caminhos para a sua solução se reflete particularmente na parte do “programa” que se dedica às questões de ordem social mais específicas. É lamentável, por exemplo, que se coloque no mesmo saco, definido como defesa das “minorias” a luta contra a discriminação dos índios e dos negros. Considerar o negro **minoría** no Brasil é servir de maneira grave ao mito da democracia racial, expressão última do racismo neste país. A questão da discriminação da mulher é enfocada de maneira errada também: a “mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo e, **não raro** (sic!) também no lar”. Que coisa se quer dizer com isso? O partido **dos** (!) Trabalhadores não tem uma política clara a respeito da mulher: a metade da população. Ao contrário, demonstra uma enorme confusão ao omitir o problema da dupla exploração do trabalho — no lar e no emprego — e ao confundir a exceção

(“não raro”) com a regra (a grande maioria). Ai estão os espancamentos de mulheres (nos EUA, por exemplo, existem quatro milhões de famílias envolvidas em fenômenos de espancamentos — e são culturalmente mais avançados que o nosso país e têm estatísticas para registrar pelo menos parcialmente o fenômeno); ai estão os assassinatos de mulheres que são praticados pela violência e frustração da nossa sociedade agressiva e desumana que faz da mulher a vítima inocente dos recalques do esposo que também é vítima dessa sociedade.

Apesar dessas debilidades, comuns a todos os programas comentados anteriormente, o do PT é o que mais se aproxima de uma proposta popular.

Em sua “Plataforma de Lutas” com 7 itens divididos em 34 subitens, não existe nenhuma reforma de base, estrutural, excetuando-se a agrária que é referida de maneira incompleta e vaga. Ainda que seja nossa obrigação dizer que concordamos com essas reivindicações em geral, o reparo substantivo que fazemos é que o povo deve reivindicar mais, muito mais.

Vejamos quais são os seus sete itens: “Liberdade de organização partidária e sindical”. O que propõem é justo, porém precário; estão ausentes reivindicações fundamentais do trabalhador que aparecem detalhadas no programa do PDT; “Desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção”; correto! “Combate à política salarial”; absolutamente insuficiente, pois não há uma linha sobre política econômica alternativa; “Por melhores condições de vida”, correto, porém não são oferecidas nem mencionadas as medidas que devem ser tomadas, o que revela que este partido ainda não está apto para governar.

“Reforma agrária ampla e massiva e sob o controle dos trabalhadores”. Como? Sequer se menciona a sindicalização rural, a extensão efetiva da legislação trabalhista ao campo, situando-se inclusive, neste aspecto, atrás do programa do PP; “Independência nacional”; dois precários itens agitativos — “contra a dominação imperialista” e “por uma política externa independente”. Só isso!!! Por último: “apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios e todas as **minorias** oprimidas”; não se diz como equacionar a defesa destas “minorias”. Tudo geral, vago e impreciso.

Em suma, não há no programa do Partido **dos** Trabalhadores:

- nada para os marginalizados, aqueles que nunca tiveram e nem têm, neste sistema, nenhuma oportunidade;
- nada sobre uma política econômica concreta, alternativa, viável, que defenda os interesses dos trabalhadores, desempregados, marginalizados;

- nada sobre as formas de propriedade que devem existir e coexistir;
- não existem as cooperativas de produtores e consumidores;
- não existe a palavra **nacionalização**; nada sobre o capital estrangeiro;
- não existe a palavra inflação...
- não existe, em suma, uma proposta de governo!

Qual é a concepção estratégica do PT? Ademais do seu reivindicacionismo corporativista, existe em seu conteúdo uma certa mescla de concepção social-democrata com democracia-cristã. Não há nenhuma referência ao socialismo. Podem dizer: “somos um partido em formação de baixo para cima”, “somos uma nau sem rumo em busca de uma organização social diferente”, “somos algo novo, novíssimo na vida política brasileira”. Tudo isso são verdades a medias. O que é verdade é que o PT é um partido em formação, com um programa no substantivo e no imediato progressista. Que seja criado “de baixo para cima” não cremos, porque ai estão as suas elites, leigas ou não, seus dirigentes, trabalhadores ou não, seu “basismo” retórico, pois não se consultam as bases quando seus dirigentes tomam posições à priori de rechaço à fusão com outros partidos, sobre a questão do socialismo, sobre a situação polonesa, etc. etc. O que é grotesco contudo é a sua concepção maniqueísta da política: “nós” e o “resto”, “somos o único partido de oposição”, no “PT ninguém veste duas camisas”... Que cinismo para um partido formado de frações e organizações políticas distintas e incapaz de gerar um programa coerente pela impossibilidade de produzir um acordo entre essas forças contraditórias...

O certo é que o PT, como expressão das reivindicações e aspirações dos trabalhadores e oprimidos não tem nada de novo a oferecer porque estes têm uma história de lutas no Brasil, com suas conquistas parciais, seus erros, suas acumulações de experiências, enfim, suas tradições. Esta é a história da resistência de um século de lutas de Palmares; da resistência liderada por Antônio Conselheiro; da Coluna Prestes; da conquista da Legislação Trabalhista, muito avançada em vários aspectos cruciais para a sua época; das greves gerais de 1906, 1909, 1917, 1919, etc.; da greve geral de São Paulo em 1953; da de 1954; da grande greve pela “paridade” em 1957; da formação da CGT em 1962; das greves gerais que a CGT liderou entre 1962 e 1964; da luta pela legalidade em 1961, liderada por Leonel Brizola, único movimento de massas capaz na América Latina de frustrar um golpe já consumado; das grandes greves do ABC e da Cidade Industrial na Grande Belo Horizonte, em 1968, de todas essas heróicas lutas das quais o movimento operário e popular da década dos setenta não é nada mais que a continuidade histórica, um capítulo, da resistência do nosso povo ao sistema de exploração.

Por tudo isso, é verdadeiramente grotesco querer desnudar a classe operária da sua tradição (como tentam fazer os ideólogos do PT que têm

acesso aos grandes órgãos de informação — e formação — de opinião pública). Uma classe sem passado é uma classe sem futuro. Mas a classe operária brasileira, como toda classe social da sociedade contemporânea, tem um passado e é esse que lhe assegura a possibilidade de superação das suas limitações e um porvenir para o Brasil.

Respeitamos o PT, não propriamente pelo seu programa, mas pelo seu potencial. Nas trincheiras futuras da luta estaremos, seguramente, unidos.

8. O PROGRAMA DO PDT. POR QUE ESTE PROGRAMA?

O programa do PDT tem uma história. Talvez pouco conhecida, mas é hora de contá-la. Ele não foi improvisado por um grupo de políticos e intelectuais. Foi produto de toda uma reflexão crítica de um passado histórico e o resultado de uma elaboração democrática. Resgata a “Carta Testamento” do Presidente Getúlio Vargas, que é a mais veemente denúncia histórica da penetração imperialista sobre nossa economia; seus esboços foram elaborados e discutidos no Brasil e em vários países onde existiam núcleos significativos de exilados políticos brasileiros; em seguida, estes esboços foram debatidos linha por linha em Lisboa, na primeira reunião dos exilados com os políticos, líderes sindicais, mulheres que lutavam pela anistia no interior do país. Desse encontro histórico resultou a carta de Lisboa e a reconstituição do partido trabalhista no Brasil.

Com base nestes materiais e prolongadas discussões, surgiu um partido novo, que parte da tradição trabalhista, mas que se concebe como um partido “... que defende efetivamente a Democracia, o Nacionalismo, o Socialismo, um partido nacional e popular”. Quer dizer: herda as tradições do nacionalismo democrático, mas as moderniza e as supera propondo claramente o **Socialismo** como a sua meta. Por isso, em sua concepção estratégica se distingue de todos os programas anteriormente comentados, que não estampam em suas bandeiras a meta socialista. Seu caráter de classe se configura de imediato em seus sete compromissos prioritários e logo nos seus 58 itens e 36 subitens que buscam especificar suas propostas de mudanças profundas das estruturas econômica, política, social e cultural em função dos interesses básicos da classe operária, dos camponeses e trabalhadores agrícolas, dos marginalizados e despossuídos, dos que vivem do seu trabalho, da pequena e média burguesia, enfim, da grande maioria do povo brasileiro. Esta confiança no papel histórico desses setores populares manifesta-se na seguinte afirmação:

“(...) É o nosso povo e suas potencialidades a maior riqueza e fonte de afirmação do Brasil. Tendo acesso ao saber e à cultura, condições de saúde,

um ambiente de liberdade e justiça, ele transformará o nosso país, rapidamente, em uma grande Nação”.

Sobre o caráter do Estado, o PDT preconiza a construção de um Estado democrático de transição ao socialismo. Sua concepção de democracia não se restringe ao regime representativo fundado “na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos humanos fundamentais”, “nem se restringe aos aspectos formais da vida social”, “consagra dois princípios fundamentais: o da igualdade e o da participação. A democracia só é real quando materializa ao nível das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, os interesses e as aspirações fundamentais das grandes maiorias”.

Os sete “compromissos prioritários” são imprescindíveis porque os 18 anos de ditadura militar agravaram de maneira calamitosa o sofrimento do povo, provocando de forma sem precedentes uma enorme concentração da renda e dos privilégios em mãos de uma minoria cada vez mais restrita da população em detrimento dos trabalhadores e dos marginalizados.

“O primeiro compromisso é com as crianças e jovens (...). Assistir desde o ventre materno, alimentar, escolarizar, acolher e educar todas as crianças do nosso país...” e se propõe como medida de emergência entregar “gratuitamente, a todas as crianças, até dois anos de idade, um litro de leite diário”. Os que dizem que esta medida é demagógica desconhecem a história de outros povos: desde a Inglaterra da época da II Guerra Mundial, onde se implantou um sistema de racionamento com prioridade às crianças, passando por Cuba até o Chile de Salvador Allende, o leite foi, e no segundo caso o é, privilégio inquestionável das crianças. Ademais, somos um país onde existem atualmente cerca de 25 milhões de crianças abandonadas, que vagam pelas ruas e pelos campos famintas e desabrigadas. São os chamados cruelmente “pívetes”, delinquentes de fato ou em potencial. Qual o futuro de um país que não abriga uma porcentagem tão incrível dos seus futuros cidadãos? É sabido que uma criança desnutrida e não educada está sujeita a atrofia cerebral...

“O segundo compromisso é com os interesses dos trabalhadores, muito especialmente das grandes maiorias populares que, em todas regiões brasileiras, vivem em diversos níveis de pobreza, de marginalidade...”. O compromisso do PDT não é portanto somente com os trabalhadores mas também é igualmente com a maioria marginalizada, com os pobres das cidades e dos campos, que em grande parte nunca tiveram nem terão neste sistema desumano oportunidade sequer de participar do processo produtivo direto. A classe operária e a camponesa são concebidas como a espinha dorsal na luta pela construção do Brasil novo, mas é sabido que este só será logrado pela mobilização e organização das amplas massas populares. O Brasil é um país jovem, não só pelo alto crescimento demográfico mas sobretudo por-

que a nossa média de vida é baixa, em algumas regiões do Nordeste esta chega a ser de 30 anos, quando nos países desenvolvidos, ou mesmo em países socialistas não desenvolvidos como Cuba, a média é de 70 anos; existem também regiões onde para cada mil nascidos vivos morrem 250, taxa que na América Latina só se aproxima do Haiti. (E aqui devemos mencionar que o PDT é o **único** partido que em seu Manifesto defende os direitos dos estrangeiros ao “abominar e combater toda doutrina e práticas que discriminam brasileiros e demais habitantes do País, por suas idéias, crenças, sexo, idade, raça, aspecto físico, nacionalidade, classe social, ou muito especialmente, por sua condição de pobreza (...) de marginalidade...”. O compromisso do PDT não é portanto somente com os trabalhadores mas também e igualmente com todos os discriminados.

“O terceiro compromisso é com a mulher, contra a sua discriminação (...) propugnando a criação ampla de serviços de infra-estrutura (creches, lavanderias, restaurantes populares) que venham a aliviar a mulher, submetida, em alta porcentagem, a duas jornadas de trabalho — a do lar e a do emprego”. Propugna-se também por seus direitos sociais. Esse programa não as considera como “minorias” e enfoca corretamente o seu problema, analisando não só o aspecto jurídico mas o cerne mesmo da questão: a necessidade da sua incorporação ao processo produtivo de forma digna, criando uma infra-estrutura para libertá-la das tarefas domésticas.

“O quarto (...) é com a causa das populações negras como parte fundamental da luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional, (...) no combate à discriminação social em todos os campos”, contra “os preconceitos...”. Somos um país sobretudo de origem negra, somos lamentavelmente um país onde existe o racismo, só que este geralmente se mistura e se “confunde” com a discriminação dos pobres. Os negros que ocupam cargos de responsabilidade e que pressupõem capacitação profissional são uma ínfima minoria; os negros não estão — exceto como exceções que confirmam a regra — nas universidades, nos parlamentos; os negros em igualdade de condições técnicas e profissionais com os cidadãos brancos são discriminados. Mais da metade da população é negra ou mulata e é discriminada, é relegada aos serviços mais duros... A mentalidade escravista ainda predomina no Brasil.

“O quinto compromisso é a defesa das populações indígenas” contra o genocídio que vem sendo praticado “ao longo da nossa história...”. Quando foi descoberto o Brasil a população indígena era por volta de 5 milhões, hoje são menos de 300 mil. Suas terras são roubadas, sua cultura pervertida, seu trabalho explorado.

“O sexto compromisso (...) é com a defesa da natureza brasileira (...) vítima “de uma exploração predatória...”, contra a liquidação da Amazô-

nia por interesses estrangeiros, gananciosos e inescrupulosos, que estão exterminando paulatinamente a maior reserva ecológica do mundo. Quando o programa foi elaborado ainda não era conhecido o famigerado “Projeto Carajás” que visa desnacionalizar em cinco anos parte considerável dos nossos recursos minerais, florestais e agrícolas desta região, concebido por grandes magnatas nacionais associados a multinacionais. Mas é óbvio que a nacionalização deste projeto em função dos interesses do povo já de fato está incorporado ao programa pelo sétimo compromisso.

“O sétimo compromisso é a recuperação para o povo brasileiro de **todas as concessões feitas a grupos e interesses estrangeiros, lesivas ao nosso patrimônio, à economia nacional e atentatórias à nossa própria soberania**”. Só nestes casos e são muitos... Mas não existe aqui a demagogia de “nacionalizar a economia”. Não podemos entrar a detalhar como essas empresas acentuam progressivamente a descapitalização da nossa economia através das remessas de lucros, dos chamados “royalties”, dos pagamentos de fretes e serviços, etc., mas o fato é que, por tudo isso, o Brasil tem a maior dívida externa do mundo — 70 bilhões de dólares.

É, portanto, o único partido que enfrenta a questão da soberania nacional em seu aspecto mais crucial que é o resgate das nossas riquezas usurpadas por interesse de grandes monopólios estrangeiros.

Enquanto tal política não for implementada não se pode falar de defesa da soberania nacional.

Vale a pena insistir que, sobre o caráter do Estado, o programa do PDT propõe seu fortalecimento através de um regime democrático, nacionalista e de participação popular com o objetivo de criar as condições imediatas para a transição socialista, definindo explicitamente as formas de propriedade que devem existir e coexistir e submetendo a propriedade privada sobre os meios de produção aos interesses sociais, como veremos em seguida:

“No plano político, entre outros pontos, defende-se a “plena liberdade de organização dos partidos políticos sem qualquer discriminação ideológica ou de classes”. Para o PDT, os partidos políticos são a base mesma da reorganização democrática do país e não se pode aceitar a discriminação de partidos, como o comunista, que aglutina amplos setores do povo brasileiro. A esta se soma uma série de reivindicações que fazem parte de um processo de normalização democrático do país.

A “convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte”, a “eleição em todos os níveis”, o “direito de voto dos analfabetos”, a “revogação da lei de segurança nacional”, a “liberdade de associação, reunião e impre-

sa", a "liberdade de consciência, culto", a "liberdade de cátedra, pesquisa e a defesa da autonomia das universidades", a "liberdade e autonomias sindicais", o "direito de greve", o "reconhecimento das Forças Armadas como instituição nacional, sob o comando supremo do Chefe do Poder Executivo", com suas funções específicas acrescentando a necessidade de que contribuam "para a emancipação econômica do Brasil", quer dizer: que também participem ativamente na construção de obras sociais e culturais.

Como vemos, muitos destes pontos coincidem com o programa do PT e do PMDB, mas o que realmente distingue o programa do PDT dos demais é sobretudo a ênfase estabelecida no Manifesto e insuficientemente retomada no programa sobre a relação entre o povo organizado e Estado: "A experiência histórica demonstra que nenhum partido popular pode chegar a se manter no governo sem contar com o povo organizado e, também, que as organizações da sociedade não conseguem realizar suas aspirações sem partidos que as transformem em realidade política, através do poder de um Estado Democrático". Ao contrário do PT, que confunde o partido e as organizações de massas, o PDT afirma: "Partido e povo organizado constituem, por conseguinte, as **duas** condições fundamentais para a construção de uma sociedade justa e democrática".

No plano econômico encontramos a formulação de uma política econômica alternativa, sistemática, viável e coerente com os interesses nacionais e populares. Definições que, como vimos, não se conhecem nos demais programas partidários.

No "plano de desenvolvimento nacional" encontra-se não só o diagnóstico dos principais problemas a serem enfrentados, mas ao mesmo tempo, **a forma através da qual podem ser solucionados.**

Por exemplo:

Quando se propõe a "obtenção do pleno emprego" indica-se como: "**através da** intervenção do Estado na política do investimento, de forma a mobilizar todos os recursos nacionais, com ênfase especial na utilização da força de trabalho, como fonte geradora de progresso".

"**Aumento** substancial do salário mínimo (...), **redução** das desigualdades salariais; **reajustamento** dos salários, segundo o aumento real do custo de vida calculado através de critérios elaborados com a participação das entidades de classe (...), extensão do salário mínimo profissional aos trabalhadores rurais, (...) piso salarial e escala móvel de salários.

Política global de redistribuição de renda (...) **através** das políticas sala-

riais, **de preços**, de investimentos e fiscal, **através da subordinação da propriedade ao interesse social (...)**"

Promoção de "desenvolvimento prioritário das regiões economicamente marginalizadas..."

"Combate à inflação **através de** uma política de austeridade que não recaia sobre os assalariados mas incida sobre: os lucros exorbitantes do grande capital; os gastos supérfluos do poder público; a corrupção; os subsídios e favores às grandes empresas; a manipulação dos preços pelos monopólios; a especulação financeira e imobiliária; o pagamento dos juros, "royalties", lucros e dividendos às multinacionais; as especulações e fraudes ligadas ao comércio exterior e relações financeiras e intercâmbio com o exterior".

Sobre a reforma agrária afirma-se que deve atender às "diversidades regionais", "democratizando o uso e a posse da terra", assegurando "o acesso e a posse da terra aos que nela trabalham", exige que se crie "formas associativas de exploração agrícola tais como a cooperativa e propriedade familiar; nacionalize as empresas agrícolas e agroindustriais nas mãos de grupos internacionais, como o Projeto Jari (...); **elimine** o açambarcador..." etc.

Como vemos, tudo isso e o que segue é plenamente legível e compreensível: não existem tecnicismo!

"A orientação da produção industrial e agrícola, prioritariamente para a satisfação das necessidades populares de alimentação, habitação e vestuário e para a produção de bens de capital que garantem o desenvolvimento independente da nossa economia"... Pois somos um país que, por exemplo, exporta calçados de luxo e o nosso povo anda descalço; somos o sexto exportador de armamentos, produzimos armas como tanques sofisticados, mas nossa população carece de transportes coletivos...

"Combate os monopólios (...) legislação antitruste" para terminar com a impunidade da atuação destes em nossa economia. Essa é a única maneira viável de proteger a pequena e média empresa...

"...política energética apoiada fundamentalmente nos recursos internos do país (...) desenvolvimento da pesquisa e da aplicação da energia nuclear (para) atender **unicamente** a fins pacíficos e preservar a ecologia". (...) o PDT é o único partido que exige a divulgação dos termos do acordo nuclear Brasil-Alemanha Federal. "Política nacional de transporte que diminua a dependência do petróleo, fortalecendo o transporte ferroviário e hidroviário (...) favoreça o **transporte coletivo**". Temos enormes bacias flu-

viais: nosso país pode se comunicar de norte a sul, de leste a oeste, através de barcos que diminuiriam os custos do transporte. As ferrovias também devem ter prioridade sobre o transporte automobilístico; o mais caro de todos. Nossas cidades estão se contaminando, seu tráfego está se tornando insuportável pelo uso e abuso dos automóveis particulares, enquanto a população anda deprimida e afogada nos precários transportes coletivos.

O PDT é o único partido que se preocupa, no seu Plano Nacional de Desenvolvimento, em organizar a “economia nacional com base na **coordenação e planejamento** dos setores públicos, privados, cooperativistas e sob novas formas de propriedade social” desta maneira:

“a — Ao setor público se reservará a propriedade dos ramos estratégicos da produção” e se especifica claramente quais são: “energia elétrica, a siderurgia e suas matérias-primas, o petróleo e seus derivados, a indústria química e farmacêutica, os recursos minerais escassos, material bélico, as redes de comunicação, o sistema bancário e financeiro, os serviços básicos, o comércio exterior”. E se agrega: “Os trabalhadores terão participação na gestão da empresa pública e esta deverá estar submetida ao controle democrático dos órgãos de representação popular”. Vale dizer, propõe **nacionalizar** as grandes empresas multinacionais e os monopólios que operam e dominam setores estratégicos.

É o único partido, portanto, que defende claramente as nacionalizações, ao contrário do PDS e do PP, e favorável a uma política de fortalecimento da grande empresa estatal, submetendo-a contudo ao controle democrático dos trabalhadores e dos órgãos públicos e retirando-as da gestão arbitrária dos tecnocratas.

“b — A empresa privada estará condicionada ao interesse público (...) “As pequenas e médias empresas serão estimuladas com o apoio financeiro e técnico...”

“c — As cooperativas verdadeiramente associativas e as novas formas de empresa social, tais como as de autogestão e as familiares, serão estimuladas e apoiadas de forma **prioritária** com financiamento e assistência técnica”.

Como vemos, o programa do PDT propõe o fortalecimento do Estado, política moderna que hoje é implementada inclusive nos países capitalistas. O fundamental é que este sistema estatal não atue segundo princípios capitalistas buscando o lucro e a competição entre as próprias empresas estatais. Elas devem coordenar-se entre si através de um plano de governo e seguir objetivos estratégicos delimitados pela sociedade. Desta maneira se assenta-

rão as bases para um sistema nacional de planificação e de transição socialista.

Em que pese estarmos citando bastante extensamente este programa, há nele, em seguida, um item reiterativo sobre a política com relação ao capital estrangeiro que vale a pena ser mencionado na íntegra:

“A presença e ação do capital estrangeiro deverão ser disciplinadas por legislação que estabeleça rigorosamente sua admissão **somente em casos especiais** e defina os setores onde sua participação se faz em caráter obrigatoriamente minoritário. O retorno deste capital, a remessa de lucros, o pagamento de “royalties” e serviços técnicos serão igualmente regulamentados, proibindo-se os reinvestimentos como fonte de recurso de lucros”.

Sobre o endividamento externo afirma-se que “será estancado” e “a atual dívida externa será administrada de acordo com as disponibilidades cambiais do país”.

Com relação à redistribuição da renda, será a mesma promovida “gravando em primeiro lugar o patrimônio improdutivo e o capital, coibindo os lucros extraordinários e as rendas elevadas e dando prioridade aos impostos diretos (sobre a renda), sobre os indiretos (bens de consumo e serviços à população)”. Diz também que será eliminado o abuso dos subsídios e incentivos fiscais **proibindo-se** sua concessão às empresas estrangeiras. Os incentivos fiscais deverão orientar-se basicamente ao apoio das empresas públicas ou de propriedade social”. Como vemos, é um programa claramente nacionalista, estatizante e estimulador da propriedade social, sobretudo das cooperativas.

A elaboração do orçamento público não será feita por tecnocratas mas sim “precedida de um amplo debate público (...)”.

“No plano social” são detalhadas, como em nenhum outro, medidas de uma nova política trabalhista de conjunto, que seria esgotador mencionar aqui, mas que citaremos apenas alguns dos seus itens:

“Imediata elaboração, com efetiva participação das entidades sindicais, do **Código de Trabalho**” que entre outras medidas contempla a “jornada de trabalho de 40 horas semanais” (...); o “seguro desemprego”, a “reestruturação de todo o sistema previdenciário” com o objetivo de “entregar sua administração aos trabalhadores” (...) “eliminar as injustiças que, hoje, sofrem os aposentados e pensionistas”; “extensão do sistema de Previdência Social a todos os trabalhadores, **particularmente** ao trabalhador agrícola”

Sobre o Sistema Financeiro de Habitação não se diz coisas vagas mas questões muito concretas, voltadas exclusivamente aos interesses dos trabalhadores e dos setores médios e pequenos do empresariado produtivo:

“**Impedir** a utilização do Sistema Financeiro de Habitação para o financiamento de unidades residenciais luxuosas (...); financiar a aquisição da casa própria apenas para os **assalariados**, os **funcionários** e os **contribuintes de baixa renda**;(…).**Reforma Urbana** baseada na **planificação de conjunto dos assentamentos humanos** (...)Esta planificação não poderá nunca assumir uma forma tecnocrática mas, pelo contrário, deverá articular-se com as organizações populares, visando aos seguintes objetivos:

- a — Dar à propriedade urbana um sentido social;
- b — Criar condições habitacionais dignas para os trabalhadores;
- c — Estabelecer o primado do transporte coletivo sobre o individual;
- d — Eletrificação das zonas rurais e a localização racional das zonas industriais;
- e — Desenvolver fundamentalmente os sistemas de: água potável, rede de esgotos, eletrificação, centros de abastecimento, serviços médico-hospitalares, escolas, sistemas de transportes, áreas de lazer e programas culturais”.

O programa não deixa de lado os graves problemas sociais tais como a violência urbana:

“Uma política de **prevenção** do crime (...) que ataque as causas reais da criminalidade provocada pelo desemprego e pela miséria. Humanização do sistema penal e carcerário que tenha como objetivo a **reabilitação social** dos penitenciários. Controle público dos órgãos policiais para impedir os abusos de autoridade, a corrupção e a violência”.

Vale dizer, é um programa que em todos os aspectos fundamentais dos graves problemas sociais busca a resolução dos mesmos em suas origens. Qualquer pessoa sabe que a “violência urbana” não terminará enquanto existir desemprego e miséria; qualquer um sabe que os remédios não curam a desnutrição crônica e qualquer um sabe que a maioria das nossas crianças morre por infecções produzidas pela falta de higiene e pela ausência de condições sanitárias mínimas.

Em toda a parte que se refere à questão social sempre se preconiza a fiscalização dos organismos populares sobre os órgãos públicos, como no caso da política de saúde sobre a qual estes organismos devem exercer o “controle e gestão”.

Sobre a educação e a cultura há delineada uma política clara e objetiva: “...escolarização de **todas** as crianças em idade escolar; erradicação do analfabetismo” (tal medida pode ser tomada a curto prazo com a mobilização de alfabetizadores voluntários, por meio de amplas campanhas como as que foram feitas por outros povos. Na Nicarágua, por exemplo, se alfabetizaram 500 mil pessoas em um ano e é um país cuja população é de cerca de 2.500.000). “Plano nacional de alfabetização de adultos”, o que não é outra coisa senão a alfabetização de operários, camponeses e marginalizados. Preconiza-se também que o ensino deve ser gratuito para os pobres; todas as crianças devem ter direito ao ensino médio; o ensino superior deve ser desprivatizado porque educação não deve ser negócio; exige-se a concessão de bolsas de estudo ao estudante pobre; a “vinculação da educação com a formação profissional, a pesquisa e o trabalho que assegure a ligação entre a formação teórica e a prática”, eliminando desta maneira os males do teorismo e do tecnicismo.

“Um plano nacional de promoção da cultura que permita ao povo trabalhador o acesso à ciência, à arte e à literatura” (...) bibliotecas, centros culturais, salas de concertos, teatros, cineclubes, etc. E quem pode duvidar de que “um povo para ser livre tem de ser culto”? Ademais, propõe-se a garantia dos “direitos do autor brasileiro, que proteja e estimule os artistas...” tão explorados pelos cartolas que “pirateiam” as obras de autores populares ou pelas empresas que comercializam e extorquem os direitos dos autores, compositores, intérpretes, etc.

“No plano internacional” brilha por cima de todos o programa do PDT, que ostenta uma política coerente, viável, solidária, antiimperialista e de defesa dos nossos interesses e dos demais povos frente ao imperialismo, ao colonialismo e ao racismo.

Vale a pena citá-lo amplamente:

O PDT propugna o relacionamento “com todos os países com base nos **princípios** de autodeterminação, não intervenção, coexistência pacífica, cooperação econômica e não-alinhamento”. É, portanto, o único partido que estampa esse conjunto de princípios, distanciando-se meridianamente da política sem princípios do Itamaraty que se autodenomina “pragmatismo responsável”, mas que é de fato sinônimo de oportunismo sistemático, do PDS e do “PTB” que não têm política internacional alguma, do PP que só pensa em novos mercados, do PMDB que é mesquinha e do PT que é insuficiente.

“Oposição ativa ao colonialismo e ao neocolonialismo (...) ao imperialismo sob todas as suas formas”.

“Luta contra o rearmamento que propugne a redução de todos os arsenais de guerra (...)”.

“Defender os direitos humanos em todo o mundo (...)”

“Fortalecer as relações com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento da América Latina e da África em particular”.

É do ponto de vista das relações comerciais, o PDT vai mais longe ainda: “propugnar pela efetivação do Mercado Comum em toda a América do Sul (aqui, naturalmente houve um lapso, pois deveria ser dito América Latina, como se diz abaixo).

“Reivindicar uma nova ordem econômica internacional” (...). Ora o Brasil conduzido por um Governo Popular, pelo que representa no mundo, terá potencialidades para passar a ser respeitado de maneira definitiva na ordem internacional”.

“Lutar pela unidade e independência dos países **Latino-americanos**, objetivando a conquista e a consolidação da democracia **através da solidariedade com as lutas de seus movimentos populares e apoio a todas as reivindicações de seus povos, desenvolvendo, no plano econômico, relações destituídas de pretensões hegemônicas de qualquer ordem**”. Tudo isso é o mínimo que pode ser proposto em um programa sério, para inclusive redimir os males feitos pelos governos antipopulares brasileiros que marcaram uma tradição intervencionista e opressora — direta ou indiretamente — na história das relações com a América Latina: desde o envio de tropas brasileiras à República Dominicana a pedido do imperialismo para massacrar a resistência de um povo que lutava por um governo popular, passando pela ruptura de relações comerciais e diplomáticas com Cuba para responder às exigências da OEA, até a intervenção mal encoberta no golpe militar na Bolívia para derrocar o governo de Juan José Torres e a Assembleia Popular do povo boliviano e a ajuda com equipes de torturadores ao golpe militar fascista de Pinochet contra o Chile de Salvador Allende, etc.

Enfim, um país das dimensões, recursos e potenciais humanos como o Brasil não pode estar alheio aos grandes problemas da humanidade, não pode esquecer que o mundo vive tenso e corre o risco de uma guerra termonuclear, não pode dar as costas para o sofrimento dos povos. Por tudo isso e por muito mais — necessidade de intercâmbio econômico, cultural, científico-tecnológico, etc. — nenhum partido que se preze pode prescindir de uma política internacional séria, de princípios e, objetivamente, só o PDT a tem.

Com relação a este partido, é público que ele se relaciona como tal com todos os partidos, movimentos e chefes de Estado que lutam em prol da democracia, pelos direitos humanos e contra as ditaduras militares e/ou fascistas. O PDT é, de todos os partidos políticos brasileiros, o que melhor e mais amplo relacionamento tem com os partidos, governos e movimentos de libertação (seu dirigente máximo foi recebido pelos setores mais progressistas dos EUA, pelo então Primeiro-Ministro Mário Soares e pelo Partido Socialista Português, pelo Secretário do Partido Socialista Operário Espanhol, Felipe Gonzales, pelo dirigente do Partido Socialista Francês, François Mitterrand, hoje Presidente da França, por Willy Brandt, dirigente do Partido Social-Democrata da Alemanha e ex-Primeiro Ministro, pelo ex-Presidente do México, Luis Echeverria Álvarez e várias vezes pelo atual Presidente José Lopes Portillo e altos dirigentes do Partido Revolucionário Institucional do mesmo país, pelo ex-Presidente do Equador, Jaime Roldós, pelo ex-Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, pelo governo de Angola e Moçambique com honras de chefe de Estado. Está convidado para visitar vários países socialistas como Iugoslávia, Cuba, União Soviética. É Vice-Presidente da COPPPAL — Coordenação Permanente de Partidos Políticos da América Latina, ao lado de grandes figuras como o Ministro do Interior da Nicarágua, Thomas Borge; este organismo congrega os partidos e as organizações políticas latino-americanas que lutam pela democracia em nosso continente.

Mas o PDT é um partido político independente de qualquer orientação externa, porque está seguro e consciente da sua capacidade própria de análise da realidade nacional e internacional e de condução autônoma da luta do povo brasileiro. O relacionamento internacional do PDT é pois feito com todos os partidos, movimentos e governos progressistas que, de uma maneira ou de outra, podem ajudar a luta pela causa da democracia no Brasil e no mundo: com a social-democracia europeia, mas também com a Frente Sandinista de Libertação Nacional, como os movimentos liberais dos EUA, mas igualmente com os governos socialistas de Angola, Moçambique e da África em geral. Tal política é de essencial relevância para um partido que tem vocação de poder, que se recusa, portanto, a ser provinciano, que se preocupa com o mundo e deseja cooperar para que as crises internacionais sejam resolvidas em função dos interesses dos povos oprimidos.

É, portanto, uma vil calúnia — injusta, ignominiosa e infundada, lamentavelmente referendada por altas hierarquias religiosas (porém isoladas) em cartilhas pastorais, ser este partido “financiado pelas multinacionais européias” ou pela “social-democracia europeia”: calúnia esta compartilhada por setores da imprensa conservadora que temem a força potencial do trabalhismo.

Como diz de maneira exemplar a “Carta Pastoral de D. Quirino, Bispo Diocesano e D. Antônio, Bispo auxiliar da Diocese de Teófilo Otoni, Minas Gerais”, em sua “Opção pelos Pobres também nas Eleições” (...), a Igreja não pode ficar alheia ao processo político (...). Mas: “Nós bispos, padres e religiosos não nos filiamos a nenhum partido político, nem mesmo aos mais simpáticos da área popular”. E mais adiante diz: “Em partido democrático não se pode admitir (...) difamações...”

É emocionante perceber como evoluíram, de 1964 para hoje, setores significativos das Igrejas no Brasil e é este um sintoma (mais do que causa) de que a justiça social e a democracia avançam a passos céleres no nosso país.

Para concluir: qual é a concepção estratégica do PDT? “... o trabalhismo é o caminho brasileiro para a construção de uma sociedade democrática e socialista”, ou, em outras palavras é “um partido que defende a Democracia, o Nacionalismo, o Socialismo, um partido nacional e popular”. O PDT considera como a essência mesma do trabalhismo “promover a diversificação e democratização das relações produtivas na direção do **socialismo**”. Nesse sentido, do ponto de vista teórico e prático, o programa deste partido não é ainda um programa de transição socialista porque não propõe ainda a eliminação da propriedade privada sobre os principais meios de produção, nem tampouco a eliminação das relações de produção, tipicamente capitalistas como o trabalho assalariado e o capital — mas é um programa de transição ao socialismo, vale dizer de fortalecimento do Estado, da realização de reformas estruturais básicas que transformarão o capitalismo dependente e a dominação imperialista criando as condições para a edificação de um Estado de novo tipo, um Estado socialista.

O PDT é, portanto, um partido que visa a ser um instrumento de organização, participação e conscientização das massas, das classes dominadas para a conquista do Poder.

Que vias utilizará para lograr realizar tal epopéia histórica? O PDT busca avançar em sua luta pela organização, conscientização, e preparação do povo para o exercício do poder através do caminho democrático e deseja, portanto, que o nosso povo prescindir de uma via violenta, de uma guerra civil. Mas o PDT sabe muito bem que todos os processos revolucionários que culminaram com transformações profundas das estruturas de dominação econômica, política e social — mesmo naqueles que resultaram em um fracasso do movimento popular — o ritmo da radicalização é marcado pela contra-revolução.

Como diz o grande líder Leonel Brizola: “Desejamos que as transformações profundas que o Brasil necessita e pode realizar sejam feitas demo-

craticamente, pacificamente, porém se as intentam impedir, só Deus sabe nossa obstinação”.

Belo Horizonte, novembro de 1981



compagnia romana di arte grafica

1959